

(*xe rayra*), quando fala o pai, e *membyra* (*xe membyra*) quando fala a mãe. Ambos referindo-se aos seus filhos.

Aquele *Thuyae*, ora assim grafado, ora *Thuyuae* (com *t* maiúsculo e minúsculo) que, como designativo específico, aparece no texto do A. (pp. 120, 240, 242, 258, etc.), é apenas o termo *tujávae*, que significa somente: *velho, ancião*.

Quando o A. diz à pág. 146: “o filho ilegítimo constituía o produto do intercurso sexual de um macho e de uma fêmea, designados como *Agoaçã*”, dá-nos também a impressão de algo peculiar à sociedade tupinambá, velado pelo termo *Agoaçã*, aliás *aguaçá*, com *a* minúsculo e sem nasalização da sílaba final. Não há, entretanto, nada disso. A palavra *aguaçú* significa apenas *amante, mancebo* ou *manceba*...

Mas não há necessidade de alinhar maior número de exemplos para demonstrar que o A., seduzido pelas palavras tupis que encontrou nos textos, estropiadas pelos copistas e tipógrafos e mal interpretadas pelos cronistas, delas se utilizou sem o necessário cuidado, citando-as sem as indispensáveis anotações explicativas. Os sociólogos que entenderem um pouco de tupi não gostarão, por certo, de ler: *tamoim*, *mandaró á guera*, *mebek*, *kugnammuçu*, *Uainuy* (pg. 258) e *unaynuy* (pg. 243), *Matinta-Pereira*, *Marap* ou *Chemaraç*, etc., etc. E mesmo alguns leitores desprevenidos poderão supor que o termo *mulatre* (pg. 146), designativo dos “filhos ilegítimos dos franceses”, grifado como as demais expressões indígenas, seja termo tupi...

Conquanto esta pequena nota tenha por finalidade precípua chamar a atenção dos estudiosos para uma obra de indiscutível valor, não quisemos perder a oportunidade de lembrar ao esforçadíssimo A. a necessidade de aperfeiçoá-la em novas edições no que diz respeito à língua tupi. Um pequeno esforço a mais e um pouco mais de paciência permitirão escoimá-la desses senões, perfeitamente toleráveis em publicação de pouco vulto ou de simples divulgação, mas evidentemente indesejáveis numa obra que, sem favor algum, pode ser considerada como das mais sólidas e das mais valiosas dentre as publicações sobre os ameríndios do Brasil.

PLÍNIO AYROSA.

* * *

CORDEIRO (J. P. Leite). — *São Paulo e a Invasão Holandesa no Brasil*. Edição do autor. Gráfica Bentivegna. São Paulo. 1949. 244 pp., 1 mapa e 1 gravura.

Tivemos o grande prazer de receber “São Paulo e a Invasão Holandesa no Brasil”, do Dr. J. P. Leite Cordeiro. É um magnífico livro, representado um excelente repositório do que há sobre o assunto.

Trata-se mesmo da melhor coletânea de elementos concernentes aos holandeses no Brasil, coisa que interessando o Nordeste, só indiretamente diz respeito a São Paulo.

O Dr. J. P. Leite Cordeiro é um paulista de velha cêpa, que honra a sua ascendência, restaurando o passado de sua terra e de sua gente, com inúmeras publicações e grande número de estudos e reconstituições de subido valor. O livro cujo título vem acima mencionado é do gênero referido, condensando nas suas 244 páginas, tudo que existe a respeito das repercussões que a invasão holandesa no Brasil causou em São Paulo.

Infelizmente o trabalho referido é uma exposição do que se conhece sobre o assunto, sem a ereção de uma tese, a qual seria defendida com argumentos, mais ou menos convincentes, elaborados pelo Autor. Sim, este abandonou toda e qualquer crítica, limitando-se a descrever uma situação de fato e

apenas, esboçando com incrível timidez, uma tese que o Autor acredita ser a real.

Eu creio nisso porque tendo lido o livro, fiquei com a convicção de que o Autor pensa muito pàlidamente que houve interêsse no Planalto pela restauração do Nordeste. Eu penso que essa tese é menos certa, mas tenho a impressão que o Autor não a defendeu com fé, com convicção e com energia. Ainda que muito fantasioso, não demonstrou a firmeza necessária em uma defesa de tese. E' bem verdade que não havia base para essa convicção, mesmo porque essa tese é indefensável. Eis porque se explica a pouca convicção do ilustre Dr. Leite Cordeiro.

A propósito disso convêm lembrar que o historiador que defende uma tese não deve ser necessariamente imparcial. O historiador precisa ser honesto e justo na apreciação crítica. Mas se êle se limita a expor, sem adotar uma tese, então maior frieza se impõe. Não seria o nosso caso, pois não há de fato elemento que outorgue uma fé muito firme, daí a dubiedade e a aparente tergiversação do Autor. Nem poderia o ilustre Autor, que é um intellectual de acurada visão adotar outra norma de ação e outra forma de pensar. Os elementos existentes não o autorizariam e a lógica mais rudimentar seria infringida. Vejamos:

O Planalto paulista poderia ter auxiliado o Nordeste invadido pelos holandeses de duas formas:

a) Com expedições militares, as quais fôssem engrossar as hostes nordestinas, portuguesas e espanholas, aumentando-lhes o poder militar.

b) Com remessas de gêneros alimentícios.

Não houve nem uma coisa nem outra que tivesse vulto, ou autorizasse pensar-se num interêsse paulista pela restauração do Nordeste. Aliás, nem podia ser de outra forma, pois os paulistas, preocupados no apresamento, não iriam largar o seu magro "ganha-pão", para socorrer os ricos nordestinos, além disso, não era de interêsse econômico dos paulistas a expulsão dos holandeses, porque enquanto êstes estivessem no Nordeste, o tráfico de escravos africanos estaria paralisado e os paulistas negociantes vendedores de escravos ameríndios apresados nas terras hispânicas gozariam do monopólio abastecedor. Êsse raciocínio é claro como água e já o tenho repetido em inúmeras publicações, muitas das quais o ilustre Autor teve a grande bondade de citar na Bibliografia, coisa que muito me penhorou. Tenho a impressão, porém, que êsses meus trabalhos enumerados não foram lidos. Sim, porque se o tivessem sido, êsse raciocínio que é "tranchant" teria sido, ao menos mencionado.

Eu não posso crer que o ilustre Autor tenha desprezado o raciocínio e a lógica e tenha se cingido à análise do fenômeno, destacado pela posição única que das notícias sôbre o mesmo conseguiu reunir. Aliás o fato, na sua exposição não poderia contrariar aquela raciocínio. Tivesse o ilustre e provector Dr. Leite Cordeiro lido e acompanhado com atenção o raciocínio que repetidamente publiquei nos meus trabalhos, teria antecipadamente verificado aquilo que suas exaustivas pesquisas confirmaram, de modo pleno, ainda que êle tenha fantasiado o contrário, levado pela sua visível lusitanofilia.

De fato, as expedições militares de socôrro do Planalto ao Nordeste, havidas como realizadas, foram:

a) De 1624-25. Sôbre esta não há certeza de que tenha tido lugar. O próprio Dr. Leite Cordeiro apenas encontrou suposições e dúvidas.

b) De 1640. Esta de fato teve lugar e, a documentação a respeito da sua materialização é abundantíssima. Discute-se apenas o seu vulto. Wanderley Pinto ("História de um Engenho no Recôncavo", pg. 68), ao falar de João Paes Florião, invocado pelo próprio Dr. Leite Cordeiro, diz:

"pequeno contingente enviado dali à Bahia".

Confirmando isso e oferecendo uma base muito mais concreta, o insigne historiador Carvalho Franco, no seu magnífico "Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo" — é ainda invocado pelo Dr. Leite Cordeiro (pg. 128), — diz a respeito de uma patente que o Conde da Torre concedeu a Raposo Tavares, que o socorro paulista era de "cento e cinquenta soldados".

E' muito? E' pouco?

Só se pode fazer idéia do vulto disso, se compararmos êsse total com os 2, 3 e 4.000 homens de armas paulistas que Aurélio Pôrto, o Padre Teschauer, o Padre Jaeger e outros repetem muitas vêzes.

Comparem-se essas duas cifras e conclua-se!

Com 150 homens de socorro a Pernambuco, sabendo e pesando bem isso, o ilustre Dr. Leite Cordeiro entretanto, diz à pg. 170:

"não ficaram indiferentes às agruras de Pernambuco".

Ora, só admitindo que o ilustre Dr. Leite Cordeiro quis brincar! Sim, porque só forçando enormemente, poderia ser tirada essa absurda conclusão.

c) De 1647. Até 1923, quando se emprestava muito valor ao que dizia Pedro Taques, a expedição de 1647, era tida como tendo se realizado.

Nesse ano eu publiquei no meu "Bandeirismo Paulista e o Recúo do Meridiano", os resultados de pesquisas que realizei em documentos seiscentistas, e então constatei que o pretenso chefe do corpo militar em 1648 se dirigia pelo Tietê, em ação de bandeirismo, para direção oposta à do Nordeste do país.

Mais tarde, o referido Carvalho Franco no seu livro citado, diz que Azevedo, então, se dirigia a Maracajú, em companhia de Raposo Tavares.

Mais tarde ainda, a autoridade de Pedro Taques caiu muito.

Tivesse o ilustre Leite Cordeiro lido e meditado no que eu disse em muitas publicações, em vez de simplesmente mencioná-las, veria que o "linhagista" ainda que respeitável, não passa de um "coletor de tradição oral", como dêle disse Paulo Prado.

Assim resumindo tudo, temos que, das três únicas expedições de auxílio ao Nordeste, mencionadas como tendo tido lugar, a primeira não se pode ter certeza; a segunda foi ridiculamente pequena e a terceira não deve ter tido lugar, porque não há documento nenhum em seu abôno.

Não se pode concluir disso senão descaso dos paulistas, em desacôrdo evidente às pálidas conclusões do Dr. Leite Cordeiro.

Mas, não tendo havido auxílio militar, vejamos se houve auxílio em remessas de gêneros alimentícios.

Quanto a isso também são muito poucos os elementos.

Da leitura do emérito Dr. Leite Cordeiro não se pode seriamente tirar a conclusão de que fôssem grandes as remessas de víveres de São Paulo para o Nordeste. De concretamente provado encontramos muito pouca coisa. Assim, na página 196, o insigne Autor diz:

"No dia 6, os oficiais anunciavam *para breve* o transporte de *setecentas arrôbas* de víveres destinadas às tropas nordestinas".

Como se vê dos têrmos trata-se de mero projeto da remessa. Vamos admitir entretanto que êsse projeto tenha se efetuado.

E' um total ridiculamente mínimo.

Verificou o emérito Dr. Leite Cordeiro, o que significavam 700 arrôbas? São 175 sacas! Caberiam na minha Biblioteca!

Além disso, não há nada de concreto, ou que não seja ridículo! Existem, de fato, pedidos, apelos, mas de remessas nada vi! Entretanto, fantasiando o Dr. Leite Cordeiro diz na pg. 221:

"E' fastidiosa a enumeração das várias parcelas de contribuições".

Seria natural que São Paulo, não pudesse remeter grande coisa para o Nordeste, pelos seguintes motivos, os quais deveriam ter sido considerados, se o emérito Autor não se limitasse a apenas alinhar as minhas publicações na Bibliografia:

1) O interesse econômico regional do Planalto, estava visivelmente em que os holandeses não fôsem expulsos, porque com êles no Nordeste, os paulistas gozavam do monopólio fornecedor de braços escravos para a indústria açucareira.

2) O Planalto não podia produzir grande coisa, pois não havia grande população produtora. Além disso as ferramentas necessárias para a produção não existiam senão em totais mínimos.

O Autor não quis levar em consideração as pesquisas publicadas no Boletim XLII da Faculdade de Filosofia, feitas nos documentos publicados por Gerson Costa e Eli Pícolo. Tivesse o ilustre Dr. Leite Cordeiro lido as conclusões, não teria afirmado muita coisa.

3) Através da Serra hostil, como nos relatam os cronistas, não era possível transitar.

Quem carregaria as grandes massas exportadas?

Não havia muares e a estrada do mar não era carroçável. O transporte em lombo de escravo teria exigido um número tão grande de ameríndios que se tornaria impossível qualquer exportação mais volumosa.

Não posso crer que o emérito Dr. Leite Cordeiro não tenha considerado tudo isso, que é a própria essência da lógica. Por isso é que o Autor não defende a sua tese com muito ardor. Êle deve estar convencido do contrário! Levado pelas razões sentimentais de seu coração lusitanófilo, bragantófilo e unitarista, não deixou o Dr. Cordeiro o seu raciocínio trabalhar e assim, momentaneamente tentou defender a tese contrária ao bom senso e à razão.

Quis dar um murro em ponta de faca!

Estou profundamente grato ao meu ilustre amigo, Dr. Leite Cordeiro por ter contrapovado a minha tese.

Por mais força que fizesse para encontrar elementos probantes contrariando o que eu estabeleci, êle nada conseguiu, mesmo porque êle não poderia provar o impossível.

ALFREDO ELLIS JÚNIOR